

Termo de Referência 39/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
39/2025	929379-CAMARA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ - SP	MARIANA LOPES HOHMANN CLARO	28/07/2025 14:50 (v 3.0)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		39/2025

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de **bateria automotiva 12V, 75Ah (amperes-hora)**, destinada ao veículo **Chevrolet Onix (placa DFY5A24)** da frota oficial da Câmara Municipal da Estância Turística de Tremembé /SP, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Bateria automotiva 12V, 75Ah, polo positivo à direita, compatível com veículos Chevrolet Onix ou equivalente.	239410	Unidade	1		

1.2. O bem objeto desta contratação é caracterizado como **comum**, conforme justificativa constante neste documento.

1.3. O objeto desta contratação **não se enquadra como bem de luxo**, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.4. Em caso de eventual divergência entre o descritivo do CATMAT e a ESPECIFICAÇÃO deste Termo de Referência, prevalecerá o descritivo deste Termo de Referência.

1.5. O prazo de vigência da contratação será de **60 (sessenta) dias corridos**, contados da **emissão da Nota de Empenho**, nos termos do artigo 105 da **Lei nº 14.133/2021**.

1.6. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferecerá maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A contratação justifica-se pela necessidade imediata de substituição da bateria automotiva do veículo oficial Chevrolet Onix, placa DFY5A24, pertencente à Câmara Municipal da Estância Turística de Tremembé/SP, em virtude de pane elétrica que inviabilizou seu funcionamento, conforme solicitado pelo setor responsável.

2.2. Por se tratar de uma contratação pontual e de baixo valor, viabilizada por dispensa de licitação nos termos do artigo 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, não houve elaboração de Estudo Técnico Preliminar (ETP), nos termos do inciso I do § 3º do artigo 18 da mesma Lei.

2.3. A presente contratação não integra o Plano de Contratações Anual – PCA/2025 da Câmara Municipal da Estância Turística de Tremembé/SP, uma vez que se trata de demanda superveniente e emergencial, não prevista à época da elaboração do referido plano.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A presente contratação tem por objeto a aquisição de 1 (uma) bateria automotiva nova, 12V, 75Ah, destinada à substituição da bateria do veículo oficial Chevrolet Onix, placa DFY5A24, pertencente à Câmara Municipal da Estância Turística de Tremembé/SP, para restabelecimento de sua plena funcionalidade.

3.2. Trata-se de solução simples e pontual, que não envolve instalação, montagem ou quaisquer serviços correlatos, consistindo exclusivamente no fornecimento da bateria, com entrega no endereço da Câmara Municipal, conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Considerando as disposições da Lei nº 14.133/2021 e a natureza do objeto, a aquisição observará, sempre que possível, critérios de sustentabilidade ambiental, especialmente no que se refere ao descarte e à logística reversa da bateria automotiva, conforme legislação vigente.

Indicação de marcas ou modelos

4.2. Para assegurar a padronização e a compatibilidade com o veículo oficial da Câmara Municipal da Estância Turística de Tremembé, admite-se a indicação de marca ou modelo equivalente que atenda, no mínimo, às seguintes especificações técnicas:

- a) Capacidade: 60 Ah (ampères-hora);
- b) Tensão: 12V;
- c) Posição do polo positivo: à direita;
- d) Garantia mínima de 12 (doze) meses.

4.2.1. Serão aceitas baterias de qualquer marca, desde que atendam integralmente às especificações mínimas acima e sejam novas, de primeiro uso, com prazo de validade vigente e garantia do fabricante.

Da vedação de contratação de marca ou produto

4.3. Não se aplicam vedações específicas de marcas ou produtos, além das exigências mínimas descritas no item 4.2.

Da exigência de amostra

4.4. Não será exigida apresentação de amostra, considerando a simplicidade do objeto e a entrega única sem necessidade de avaliação prévia de protótipos.

Da exigência de carta de solidariedade

4.5. Não será exigida carta de solidariedade do fabricante, por se tratar de aquisição direta, sem vínculo contratual continuado.

Subcontratação

4.6. Não se aplica a possibilidade de subcontratação nesta contratação.

Garantia da contratação

4.7. Não haverá exigência de garantia contratual, nos termos dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, considerando a dispensa de licitação e a simplicidade do objeto.

Reserva de cotas para microempresas e empresas de pequeno porte

4.8. Não se aplica reserva de cotas nesta contratação direta, nos termos do art. 75 da Lei nº 14.133/2021.

4.8.1. Nos termos do art. 72 da Lei nº 14.133/2021, a contratação poderá, sempre que possível, ser realizada com microempresa ou empresa de pequeno porte, desde que atendidos os requisitos de habilitação e compatibilidade de preços.

4.8.2. Considerando que a presente contratação será realizada mediante dispensa de licitação com fundamento no inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133/2021, **não se aplica a exclusividade nem a reserva de cotas para microempresas ou empresas de pequeno porte**, prerrogativas essas destinadas aos processos licitatórios.

Margem de Preferência

4.9. Não se aplicará margem de preferência para esta contratação.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**Condições de Entrega**

5.1. O fornecimento do objeto será realizado em remessa única, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento da Nota de Empenho emitido pela Câmara Municipal da Estância Turística de Tremembé.

5.2. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: Câmara Municipal da Estância Turística de Tremembé – Rua Bom Jesus, 145, Centro, Tremembé/SP, CEP 12120-029, no horário das 08h às 17h, em dias úteis.

5.3. Caso haja impedimento ou impossibilidade de entrega no prazo estipulado, o fornecedor deverá comunicar formalmente a Administração com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis, para análise e eventual prorrogação justificada do prazo, exceto em casos de força maior ou caso fortuito.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.4. O bem fornecido deverá possuir garantia mínima de 12 (doze) meses, contados a partir do recebimento definitivo.

5.5. Durante o período de garantia, o fornecedor deverá reparar ou substituir, sem ônus para a Administração, qualquer defeito de fabricação, vício ou mau funcionamento apresentado pela bateria.

5.6. O prazo para reparo ou substituição será de até 5 (cinco) dias úteis após a comunicação formal do defeito pela Contratante.

5.7. O transporte da bateria para fins de reparo ou substituição, se necessário, será de responsabilidade do fornecedor, sem qualquer custo para a Câmara Municipal.

5.8. O prazo de garantia do bem é independente do prazo de vigência contratual ou da dispensa de licitação, podendo gerar a aplicação de penalidades, se for descumprido.

5.9. O prazo de garantia dos bens fornecidos será aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), complementado por garantia contratual mínima de 12 (doze) meses, contados a partir da data do recebimento definitivo do objeto.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. A execução da presente contratação, formalizada por meio da nota de empenho, deverá ser realizada fielmente pelas partes, em conformidade com as condições estabelecidas neste Termo de Referência e nas normas da Lei nº 14.133, de 2021, cabendo a cada parte responder pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão da entrega, o prazo será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, registrando-se tais circunstâncias em documento próprio.

6.3. Toda comunicação entre o órgão e o fornecedor deverá ser realizada por escrito sempre que exigir formalidade, admitindo-se o uso de mensagens eletrônicas.

6.4. O órgão poderá convocar representante do fornecedor para adoção de providências que devam ser cumpridas imediatamente.

6.5. Poderá ser realizada reunião inicial para apresentação das condições e mecanismos de fiscalização, estratégias para execução do objeto, método de aferição dos resultados e eventuais sanções aplicáveis.

Fiscalização

6.6. A fiscalização será exercida por servidor(es) designado(s), que acompanhará(ão) a execução da contratação, podendo ser substituído(s) quando necessário.

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico acompanhará o cumprimento das condições estabelecidas para garantir os melhores resultados para a Administração.

6.8. O fiscal técnico registrará todas as ocorrências e eventuais irregularidades detectadas, indicando as providências para regularização.

6.9. Caso sejam identificadas falhas, o fiscal técnico notificará o fornecedor, estabelecendo prazo para correção.

6.10. O fiscal técnico comunicará ao gestor da contratação situações que demandem decisões ou providências que ultrapassem sua competência.

6.11. Ocorrências que possam comprometer o cumprimento dos prazos deverão ser informadas imediatamente ao gestor.

6.12. Ao final da execução, o fiscal técnico comunicará ao gestor o término da fiscalização para encerramento da contratação.

Fiscalização Administrativa

6.13. O fiscal administrativo verificará a manutenção das condições do fornecedor, acompanhará empenho, pagamento e eventuais ajustes administrativos, solicitando documentos comprobatórios quando necessário.

6.14. Em caso de descumprimento das obrigações, o fiscal administrativo atuará para solução tempestiva, informando o gestor para as medidas cabíveis.

6.15. A fiscalização seguirá rotinas específicas adequadas à natureza da contratação, respeitando os procedimentos internos do órgão.

6.16. A fiscalização não exclui ou reduz a responsabilidade do fornecedor, inclusive perante terceiros, por vícios, defeitos ou irregularidades, sem implicar corresponsabilidade do órgão ou seus agentes.

Gestão da Contratação

6.17. Ao gestor da contratação cabe:

6.17.1. Coordenar o acompanhamento e fiscalização da execução, mantendo registros formais das ocorrências, alterações e prazos;

6.17.2. Acompanhar as ações dos fiscais e reportar à autoridade superior situações que ultrapassem suas competências;

6.17.3. Monitorar a manutenção das condições do fornecedor para fins de empenho e pagamento, registrando riscos que possam afetar a liquidação da despesa;

6.17.4. Emitir documento comprobatório da avaliação da execução da contratação, com base nos indicadores definidos, mencionando eventuais penalidades aplicadas;

6.17.5. Adotar providências para formalizar processos administrativos de responsabilização e aplicação de sanções, conforme previsto na Lei nº 14.133, de 2021;

6.17.6. Elaborar relatório final sobre o cumprimento dos objetivos da contratação e sugerir melhorias para a Administração;

6.17.7. Enviar a documentação necessária para o setor competente formalizar a liquidação e pagamento da despesa, conforme o valor aferido pela fiscalização e gestão.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o fornecedor que:

- a) Der causa à inexecução total ou parcial da entrega da bateria automotiva;
- b) Retardar injustificadamente a entrega do objeto;
- c) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução da contratação;
- d) Praticar ato fraudulento ou comportamento inidôneo;
- e) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 (Lei Anticorrupção).

7.2. Serão aplicadas as seguintes sanções ao fornecedor que incorrer nas infrações acima:

- 7.2.1. Advertência, para infrações leves ou quando não se justificar penalidade mais grave;
- 7.2.2. Multa moratória de **0,1% (zero vírgula um por cento)** por dia de atraso injustificado na entrega, limitada a **10 (dez) dias**;
- 7.2.3. Multa compensatória de **5% (cinco por cento)** sobre o valor total da contratação, para infrações graves como inexecução total, fraude ou documentação falsa;
- 7.2.4. Impedimento temporário de licitar e contratar com a Administração Pública por até **2 (dois) anos**, para infrações graves, observado o direito à ampla defesa;
- 7.2.5. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, nos casos previstos na Lei nº 14.133/2021 e Lei nº 12.846/2013, também assegurado o contraditório e ampla defesa.

7.3. A aplicação das sanções não exime o fornecedor da obrigação de reparar integralmente os danos causados.

7.4. As sanções poderão ser aplicadas cumulativamente, inclusive com multas.

7.5. Antes da aplicação de qualquer penalidade, será concedido prazo de 15 (quinze) dias úteis para defesa do fornecedor, contado da notificação.

7.6. Caso o valor das multas e indenizações ultrapasse o montante a ser pago pela Administração ao fornecedor, a diferença poderá ser cobrada judicialmente.

7.7. A multa deverá ser recolhida no prazo máximo de **30 (trinta) dias** após a notificação da penalidade.

7.8. A aplicação das sanções obedecerá a processo administrativo que assegure o contraditório e ampla defesa, conforme o disposto no art. 158 da Lei nº 14.133/2021.

7.9. Para fins de aplicação das sanções, serão considerados:

- a) Natureza e gravidade da infração;
- b) Circunstâncias do caso concreto;
- c) Danos causados à Administração;
- d) Eventual adoção de programa de integridade pelo fornecedor.

7.10. As sanções de impedimento e declaração de inidoneidade serão registradas nos sistemas oficiais da Administração Pública e publicadas conforme previsto na legislação.

7.11. Antes da aplicação de qualquer penalidade, o fornecedor será notificado para apresentar defesa prévia no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contados a partir da data da notificação, assegurando-se o contraditório e ampla defesa.

7.12. A notificação para defesa e aplicação das sanções será enviada preferencialmente por meio eletrônico aos endereços informados pelo fornecedor na proposta e/ou cadastro no SICAF, sendo considerado válido o recebimento a partir da confirmação do envio.

7.13. Decorrido o prazo para defesa sem manifestação ou após o julgamento da defesa, a penalidade será formalmente aplicada e comunicada ao fornecedor, com indicação do prazo para cumprimento da sanção.

7.14. As multas aplicadas deverão ser recolhidas pelo fornecedor no prazo máximo de **30 (trinta) dias corridos** contados da data da comunicação formal da penalidade, sob pena de cobrança judicial e outras medidas cabíveis.

7.15. O fornecedor poderá solicitar parcelamento da multa, cabendo ao gestor da contratação avaliar e decidir conforme a legislação vigente.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização da contratação, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, a contar da notificação da Contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de **10 (dez) dias úteis**, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até **5 (cinco) dias úteis**.

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pela Contratada, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução da contratação.

8.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta da Contratada e são condição para o recebimento do objeto. Caso a instalação não seja de responsabilidade da Contratada, esta será realizada pelo órgão requisitante, não impedindo o recebimento do objeto.

Liquidação

8.10. Recebida a nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de até 5 (cinco) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogável por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, ou seja, até 3 (três) dias úteis, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações de pequeno valor, conforme inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento equivalente apresenta os seguintes elementos essenciais:

8.12.1. Prazo de validade;

8.12.2. Data da emissão;

8.12.3. Dados do contrato e do órgão contratante;

8.12.4. Período de execução, quando aplicável;

8.12.5. Valor a pagar;

8.12.6. Destaque de eventuais retenções tributárias cabíveis.

8.13. Havendo erro ou inconsistência na apresentação da nota fiscal ou circunstância impeditiva da liquidação, esta ficará sobrestada até a regularização pela Contratada, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização, sem ônus ao Contratante.

8.14. A nota fiscal ou instrumento equivalente deverá vir acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, mediante consulta ao SICAF ou, na impossibilidade, aos sítios oficiais ou por documentação pertinente, conforme art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

8.15. A Administração realizará consulta ao SICAF para:

8.15.1. Verificar a manutenção das condições de habilitação;

8.15.2. Identificar eventuais impedimentos à contratação.

8.16. Constatada irregularidade junto ao SICAF, a Contratada será notificada para, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, sanar a irregularidade ou apresentar defesa, prorrogável por igual período.

8.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa improcedente, o Contratante comunicará os órgãos competentes e poderá adotar as medidas necessárias para garantir os créditos públicos.

8.18. Persistindo a irregularidade, serão adotadas as providências para rescisão contratual, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

8.19. Enquanto não houver decisão final sobre a rescisão, e havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos poderão ser realizados normalmente.

Pagamento

8.20. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.21. Em caso de atraso no pagamento, os valores devidos serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo e a data do efetivo pagamento, com aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA-E) ou outro índice oficial que venha a substituí-lo.

Forma de Pagamento

8.22. O pagamento será realizado por meio de boleto bancário, emitido pela Contratada, para quitação na rede bancária autorizada.

8.23. Será considerada como data do pagamento aquela em que for efetivamente registrado o pagamento do boleto bancário pela Administração.

8.24. Quando do pagamento, serão efetuadas as retenções tributárias previstas na legislação vigente.

8.25. Independentemente do percentual de tributo indicado na proposta ou planilha de custos, quando houver, serão retidos na fonte, no momento do pagamento, os percentuais estabelecidos pela legislação aplicável.

8.26. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária relativa aos impostos e contribuições abrangidos por esse regime. Entretanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação atualizada, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Antecipação de pagamento

8.27. A presente contratação **não prevê a antecipação de pagamento**, salvo mediante prévia autorização formal da autoridade competente, em casos excepcionais devidamente justificados nos autos, nos termos do §1º do art. 145 da Lei nº 14.133, de 2021.

Cessão de Crédito

8.28. Em razão da natureza e das características da presente contratação, **não será admitida a cessão de crédito decorrente da entrega da bateria automotiva**, seja de forma total ou parcial, a qualquer título.

8.29. O pagamento será efetuado **exclusivamente ao contratado**, vedada a transferência do direito de recebimento a terceiros.

Reajuste

8.30. Considerando a natureza da presente contratação, que consiste na entrega única de bem, os preços pactuados são fixos e irrevogáveis, não se aplicando cláusula de reajuste ou atualização periódica de valores.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio de contratação direta, com fundamento no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, em razão do valor estimado para a contratação ser inferior ao limite legalmente estabelecido para dispensa de licitação, sendo adotado o critério de julgamento pelo menor preço por item.

Forma de fornecimento

9.2. O fornecimento do objeto será integral, com entrega única no endereço da Câmara Municipal da Estância Turística de Tremembé/SP, situado na R. Bom Jesus, 145 - Centro, Tremembé - SP, 12120-029.

9.3. Os preços ofertados deverão ser compatíveis com os praticados no mercado e não poderão exceder o valor estimado constante deste Termo de Referência.

9.4. Exigências de Habilitação

9.4.1. Habilitação Jurídica:

- a) Documento oficial de identificação (pessoa física), quando for o caso; ou
- b) Registro comercial, no caso de empresário individual; ou
- c) Certificado da Condição de Microempreendedor Individual (CCMEI), cuja autenticidade será verificada no portal <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>; ou
- d) Contrato social ou ato constitutivo registrado na Junta Comercial, no caso de sociedade empresária ou EIRELI;

9.4.2 Habilitação Fiscal e Trabalhista:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- b) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante Certidão Conjunta expedida pela Receita Federal e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;
- c) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- d) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor;
- e) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho (CNDT).

9.4.3. Qualificação Econômico-Financeira:

9.4.3.1 Não será exigida qualificação econômico-financeira para esta contratação, por se tratar de aquisição de pequeno valor.

9.4.4. Qualificação Técnica:

9.4.4.1 Não será exigida qualificação técnica específica, por se tratar de fornecimento de bem comum, de entrega única, sem complexidade operacional.

9.5. Disposições Gerais sobre Habilitação

9.5.1. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não possuam estabelecimento no Brasil, as exigências de habilitação serão cumpridas mediante apresentação de documentos equivalentes, acompanhados de tradução livre para a língua portuguesa.

9.5.2. Para assinatura do contrato, ata de registro de preços ou aceite de instrumento equivalente, os documentos apresentados por empresas estrangeiras deverão ser traduzidos por tradutor juramentado no Brasil, além de apostilados conforme Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou por procedimento consular equivalente.

9.5.3. Não serão aceitos documentos de habilitação que contenham indicação de CNPJ ou CPF divergentes, salvo quando expressamente permitidos por norma legal.

9.5.4. Se o fornecedor for matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz; se for filial, os documentos deverão estar em nome da filial, excetuando-se atestados de capacidade técnica e documentos que, por sua natureza, sejam emitidos exclusivamente em nome da matriz.

9.5.5. São admitidos registros de CNPJ distintos para matriz e filial com divergência nos números referentes à Certidão Negativa de Débitos (CND) e ao Certificado de Regularidade do FGTS (CRF/FGTS), desde que seja comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 634,62 (seiscentos e trinta e quatro reais e sessenta e dois centavos), conforme custos unitários indicados na tabela do item 1.1 deste Termo de Referência.

10.2. O custo estimado da contratação não possui caráter sigiloso.

10.3. A estimativa de preços para a presente contratação será elaborada com base em pesquisa de mercado a ser realizada, em conformidade com o art. 23 da Lei nº 14.133/2021 e as diretrizes estabelecidas na Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 2021.

10.4. O presente Termo de Referência será acompanhado do respectivo Relatório de Pesquisa de , contendo as informações necessárias à demonstração da compatibilidade do valor estimado com os preços praticados no mercado, condição indispensável para a formalização da adequação orçamentária e prosseguimento do processo licitatório.

10.5. A estimativa de preços considerará o risco envolvido na contratação e sua adequada alocação entre a Administração e o fornecedor, ainda que, para a presente contratação, de pequeno vulto e

de entrega única, não se antevejam riscos complexos ou que exijam a elaboração de matriz de risco.

10.6. Por se tratar de contratação por dispensa de licitação e com entrega única, não será aplicado o Sistema de Registro de Preços, razão pela qual não se aplica, neste caso, a previsão de revisão, reajuste ou repactuação de preços.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. Considerando que a pesquisa de preços para o item constante neste Termo de Referência ainda será realizada, a indicação da dotação orçamentária específica e do valor estimado da contratação será providenciada oportunamente, após a conclusão da referida pesquisa, conforme exigência do art. 23, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas, salvo disposição legal em contrário.

Tremembé/SP, 10 de julho de 2025.

13. ANEXO I Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

(Contratações de pequeno valor - art. 95, inciso I, da Lei n. 14.133/2021, Orientação Normativa nº 84, de 17 de maio de 2024)

1. FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

1.1. O adjudicatário terá o prazo de **5 (cinco) dias úteis**, contado a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente ao contrato **Nota de Empenho**, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.

1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

1.3. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:

1.3.1. referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133/2021;

1.3.2. o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas na Contratação Direta e /ou no Aviso de Dispensa Eletrônica, no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância (Anexo II).

2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. A vigência da presente contratação inicia-se na data da emissão da Nota de Empenho e estende-se até a entrega integral da bateria automotiva, bem como o respectivo pagamento.

2.2. O prazo para entrega do bem será de até 10 (dez) dias corridos contados a partir da data de emissão da Nota de Empenho.

2.3. O pagamento será efetuado em até 5 (cinco) dias úteis após o recebimento definitivo do bem e apresentação da nota fiscal correspondente.

2.4. Considerando que se trata de aquisição de bem com entrega única e integral, não haverá prorrogação da vigência.

3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

3.1. Emitir a Nota de Empenho para formalizar a contratação da compra da bateria automotiva.

3.2. Receber o bem no endereço indicado, conferindo sua conformidade com as especificações do Termo de Referência.

3.3. Efetuar o pagamento ao fornecedor no prazo estipulado, mediante apresentação da nota fiscal e comprovação do recebimento definitivo do objeto.

3.4. Informar ao fornecedor qualquer irregularidade constatada no produto, dentro do prazo de garantia, para fins de garantia e reposição.

4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

4.1. Entregar o objeto da contratação no endereço indicado pelo Contratante, no prazo estabelecido na Nota de Empenho.

4.2. Garantir que o produto entregue esteja conforme as especificações técnicas e condições previstas no Termo de Referência.

4.3. Apresentar a nota fiscal correspondente à entrega do objeto para fins de pagamento.

4.4. Responder pela garantia mínima de 12 meses, comprometendo-se a substituir, sem custo adicional, o produto que apresentar defeito de fabricação dentro do período de garantia.

4.5. Manter comunicação clara e tempestiva com o Contratante para esclarecer dúvidas e solucionar eventuais problemas relacionados ao fornecimento do produto.

5. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

5.1. A contratação será extinta quando todas as obrigações de ambas as partes forem cumpridas, ainda que isso ocorra antes do prazo inicialmente previsto.

5.2. Caso as obrigações não sejam cumpridas no prazo estabelecido, a vigência poderá ser prorrogada até a entrega integral do objeto, devendo a Administração ajustar o cronograma conforme necessário.

5.3. Se a não entrega decorrer de culpa do Contratado:

5.3.1. O Contratado ficará constituído em mora e poderá sofrer as sanções administrativas previstas;

5.3.2. A Administração poderá optar pela extinção da contratação e adotar as medidas legais para garantir a aquisição do objeto.

5.4. A contratação será extinta após a entrega integral do objeto e o pagamento correspondente.

5.5. A Administração poderá extinguir a contratação antes da entrega, sem ônus, caso não disponha de recursos orçamentários ou se entender que a compra não é mais necessária.

5.6. Nestes casos, a extinção ocorrerá após notificação ao Contratado com antecedência mínima de 2 (dois) meses.

5.7. Se a notificação ocorrer com menos de 2 (dois) meses de antecedência, a extinção será efetivada após 2 (dois) meses da comunicação.

5.8. A contratação poderá ser extinta por motivos previstos na legislação vigente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

5.9. Sempre que possível, a extinção será precedida de:

5.9.1. Balanço do que foi cumprido;

5.9.2. Relação dos pagamentos efetuados;

5.9.3. Indicação de eventuais multas.

6. DOS CASOS OMISSOS

6.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

7. ALTERAÇÕES

7.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.

7.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.[A18]

7.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

7.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. FORO

8.1. Fica definido o foro da Comarca de Tremembé/SP como o competente para dirimir quaisquer litígios oriundos da contratação que não puderem ser resolvidos por meio de conciliação, nos termos do art. 92, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14. ANEXO II TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, (*identificar o Contratado*) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no *Edital **OU** Aviso de Contratação Direta*, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere à *Dispensa Eletrônica* nº...../2025, bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Tremembé/SP, 10 de julho de 2025.

(Nome *e Cargo do Representante Legal*)

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

DOUGLAS MARCELO DA SILVA

Equipe de apoio

MARIANA LOPES HOHMANN CLARO

Agente de contratação



Assinou eletronicamente em 28/07/2025 às 14:50:13.